



Informe de Atividades

ABCE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSULTORES DE ENGENHARIA

Reunião do Comitê Executivo da FEPAC

Abril. 2019



1. Situação Econômica do País

O ano de 2018 foi marcado por uma suave recuperação da economia brasileira, pelo desemprego elevado e pelo crescimento da informalidade. A inflação permaneceu controlada, mas houve aumento nos preços da gasolina e do diesel, um dos fatores que motivaram a greve dos caminhoneiros no final de maio. O segundo semestre foi marcado pela incerteza que tomou conta dos mercados, devido à corrida eleitoral. O ano de 2019 começou otimista, em meio às expectativas de uma agenda mais liberal e pró-mercado, com o início do novo governo.

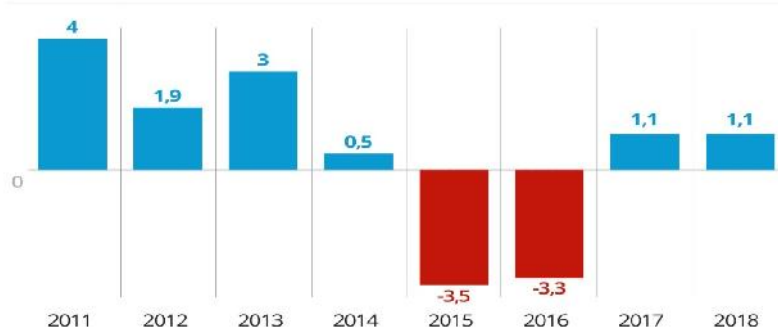
Tabela de Resumo

Datos principais	2018 Em miles de U\$D	3º Trim. 2018 % var.	4º Trim. 2018 % var.	Projeção para 2019% var.
PBI Nominal	1.867.910	0,53	0,13	1,97
PBI per cápita	8.959,02			1,40
Inflación %	3,75	4,43	3,75	3,85
Tasa de cambio	3,87	3,96	3,81	-4,39
Desocupación %	12,3	11,9	11,6	-0,41
Exportaciones	239.889,17	2,60	12,00	4,00
Importaciones	181.230,57	13,50	6,00	9,20

O Produto Interno Bruto (PIB) fechou 2018 com uma expansão de 1,1%, segundo ano de alta consecutiva, após aumento de 1,1% em 2017 e retração de 3,3% em 2016. Apesar dos resultados positivos, a recuperação da economia brasileira acontece de maneira mais lenta do que a desejável.

EVOLUÇÃO DO PIB

Ano a ano, em %



Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 28/02/2019

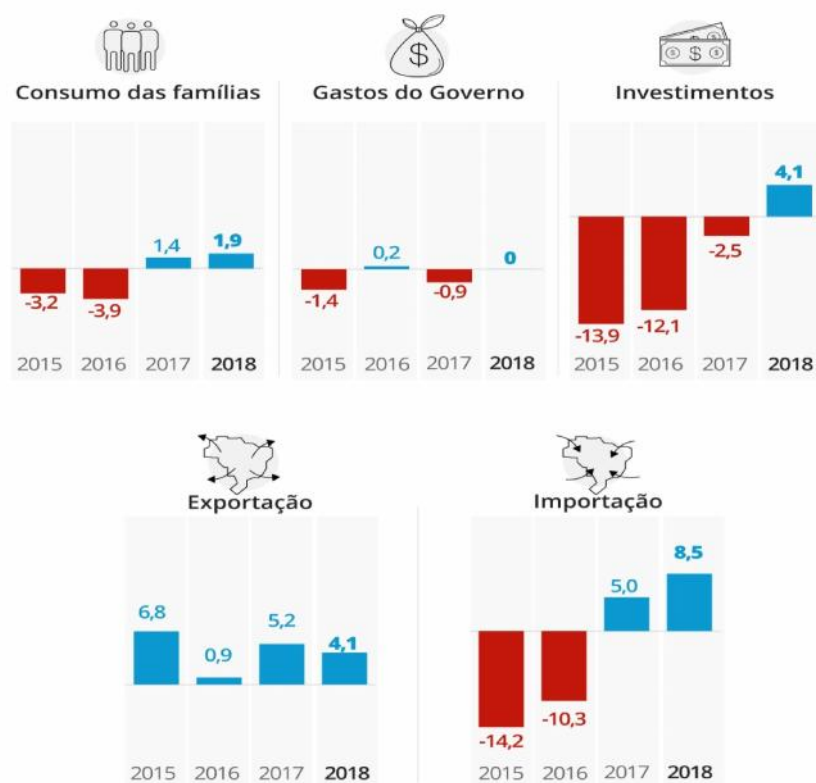


Nesse contexto, o Banco Central (BC) revisou a projeção para o avanço do PIB em 2019, de 2,55% para 1,97%. Segundo a Carta Conjuntura, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a revisão reflete o resultado do PIB de 2018, que ficou aquém da mediana das expectativas de mercado.

No que se refere aos componentes da demanda interna, houve avanço do Consumo das Famílias (de 1,4% para 1,9%) e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que reverteu sua posição de queda -2,5%, para um aumento de 4,1% (primeiro resultado positivo após uma sequência de 4 anos negativos). Já o Consumo do Governo se manteve estável em 2018, após uma retração de 0,9% no ano anterior.

ANÁLISE DO PIB - ÓTICA DA DEMANDA

Em %, ano a ano desde 2015



Fonte: IBGE

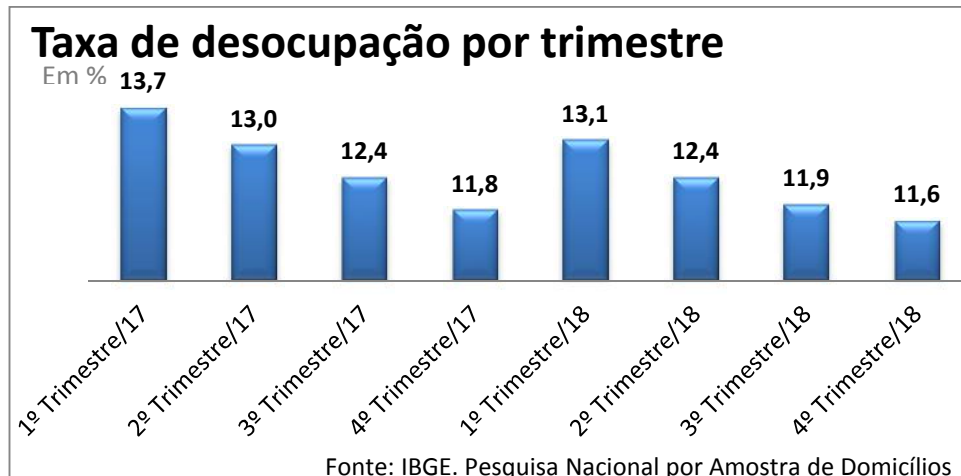


Infográfico elaborado em: 28/02/2019

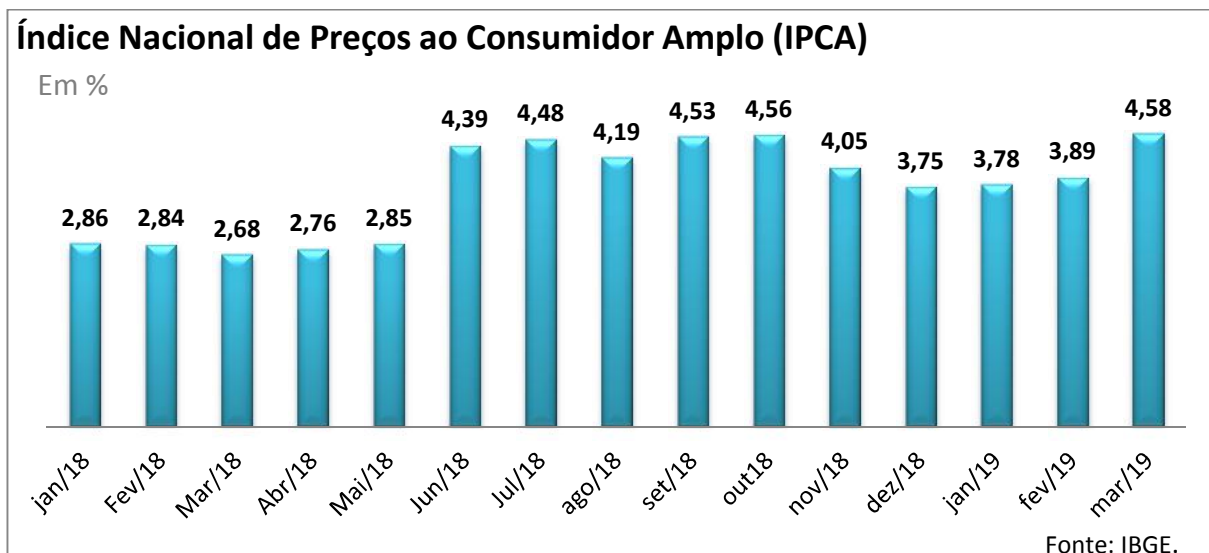
A taxa de desemprego no Brasil que foi de 12% no quarto trimestre de 2017, chegou a 11,6% no mesmo período de 2018, mas voltou a subir e atingiu 12,4% no trimestre fechado em fevereiro de 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O aumento representou a



entrada de 892 mil pessoas na população desempregada, totalizando 13,1 milhões de trabalhadores nessa condição.



O índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), a inflação oficial do país, havia fechado 2017 em 2,95%, em 2018 o acumulado dos 12 meses foi de 3,75%, valor este, abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo BC para o ano.



A taxa básica de juros, a Selic, que vem em uma trajetória decrescente desde 2016, chegou a 7% no final de 2017 e terminou o ano de 2018 em 6,5%. O Comitê de Política Monetária (Copom) em sua última reunião (21/03/2019) manteve a taxa em 6,5%.



O saldo da balança comercial em 2018 foi de US\$ 58,6 bilhões. Ele apresenta a diferença entre as exportações (US\$ 239,8 bilhões) e as importações (US\$ 181,2 bilhões).



As exportações de produtos básicos subiram 17,2% e totalizaram US\$ 118,9 bilhões. Os produtos manufaturados tiveram crescimento de 7,4% e as exportações dos produtos semimanufaturados tiveram queda na comparação anual (3,1%).

As importações também cresceram em preço e quantidade. Os preços dos artigos importados tiveram aumento de 5,7% e o volume cresceu 13,5%. Combustíveis, insumos e bens de capital foram os principais itens importados.

2. Perspectivas Econômicas

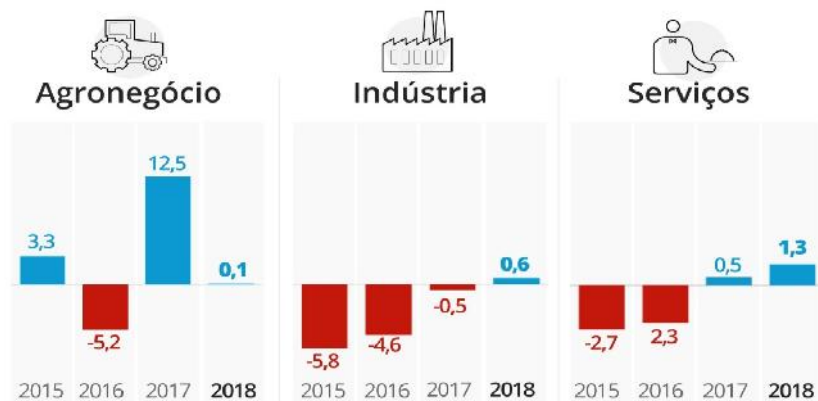
A economia brasileira deve registrar um aumento de quase 2% em 2019.

Para a agropecuária, a projeção é de uma expansão modesta de 0,4%, considerando as perspectivas de safra do ano. Já para indústria é esperado um crescimento de 1,8%, que reflete a lenta retomada dos índices mensais de atividade industrial e para o setor de serviços estima-se um aumento de 2,2%, frente ao crescimento de 1,3% em 2018.



VARIAÇÃO ANUAL DOS SETORES

Em %, ano a ano desde 2013



Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 28/02/2019

Pela ótica da demanda, o consumo das famílias deverá crescer 2,6% esse ano e a FBCF deve fechar 2019 com expansão de 4,7%. Enquanto o gasto do governo permanecerá estável, estima-se uma variação de 0,1%.

A meta para o déficit fiscal, que era de R\$ 139 bilhões, foi revisada e a expectativa agora é que déficit fiscal termine o ano em R\$ 98, 175 bilhões. Já a dívida bruta do governo geral deve encerrar 2019 em 78,2% do PIB.

Tendo como base um cenário em que a reforma da previdência seja aprovada, condição necessária para o ajuste fiscal, espera-se um impacto positivo sobre a confiança dos empresários e consumidores já no segundo semestre de 2019 e estima-se a aceleração do crescimento trimestral ao longo do ano. Ainda assim, a inflação deverá se manter abaixo da meta, fechando o ano em 3,85%.

A expectativa é que a redução das incertezas permitirá um avanço dos investimentos e uma queda dos níveis de desemprego no ano que vem, favorecendo uma dinâmica positiva para o consumo e gerando um ciclo virtuoso que propiciará um crescimento maior em 2020, mais próximo de 3,0%.

3. Mudanças Recentes e Reformas

- Reforma da Previdência Social: Proposta de Emenda à Constituição 06/2019 que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá



outras providências, encontra-se aguardando deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A previsão é que a aprovação final ocorra no segundo semestre de 2019.

- Lei Anticrime: Projeto de Lei 882/2019 que visa estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.
- Nova lei de licitações: O Projeto de Lei PL 1.292/95 foi aprovado em dezembro por uma comissão especial da Câmara dos Deputados, e aguarda análise do plenário em breve. Essa nova lei visa criar novas normas para as licitações públicas, em substituição à norma de 1993, à lei do pregão e à lei do Regime Diferenciado de Contratações.
- Lei da terceirização: O Decreto nº 9.507/18 foi publicado em setembro de 2018, regulamentando a Lei nº 13.429/17, conhecida como lei da terceirização, que dispõe sobre contratação de serviços em geral pela administração pública federal.

4. Atividade de Consultoria

4.1. Situação Geral da Atividade

Após a realização de três exitosos leilões de petróleo em 2018, que geraram a arrecadação de R\$ 17,97 bilhões em bônus de assinatura e atraíram cerca de R\$ 2 bilhões em investimentos para o setor, já estão programadas mais duas rodadas para 2019.

Além disso, foram concedidos 6 projetos de infraestrutura portuária e rodoviária, além de 8 projetos para o setor de energia que estimam um total de R\$ 23,984 bilhões em investimentos .

Apesar disso, o setor de construção civil ainda está sobre os efeitos da crise. Em 2018, o PIB da construção civil registrou o quinto ano seguido de retração. Mas a expectativa para 2019 é de crescimento de 1,3%, expansão tímida, mas que já significa uma mudança de direção.

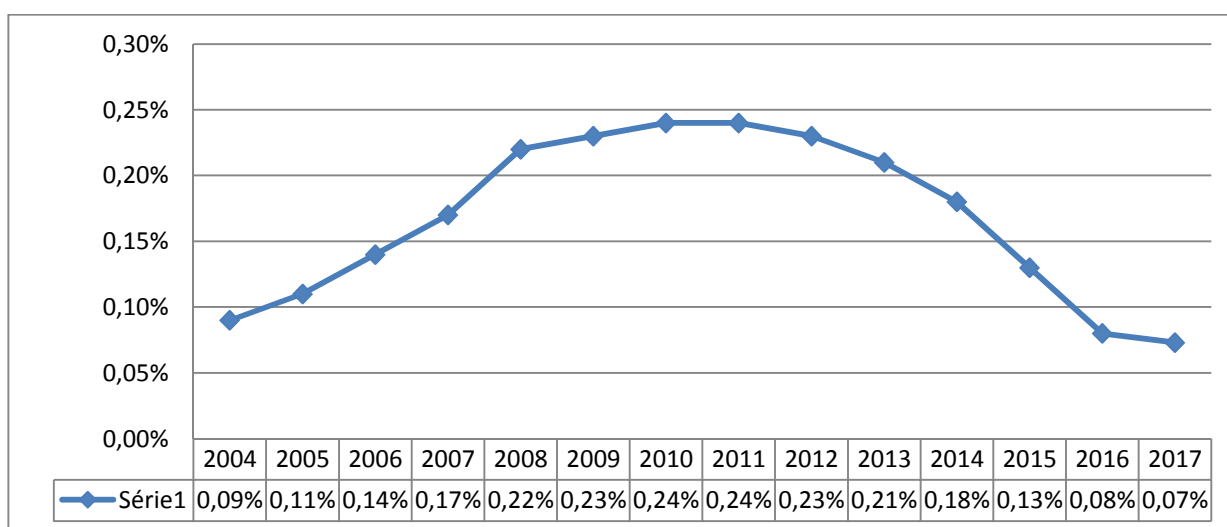
O Índice de Confiança da Construção, calculado pela FGV/IBRE, chegou a 84,7 em novembro passado, o maior nível atingido pelo índice desde janeiro de 2015.



Outro dado positivo é a capacidade de produção da indústria da construção, que pela terceira vez consecutiva, cresceu 3,5 pontos percentuais e chegou a 65,6%, de acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas.

A participação dos serviços de engenharia no PIB nacional vem caindo desde 2012, como demonstrado no gráfico abaixo, e isso se reflete no número de empresas associadas à ABCE, que diminuiu muito nos últimos anos, e não apresenta perspectiva de retomada no curto prazo.

Serviços de Consultoria vs. PIB



Fonte: Revista "O Empreiteiro" e IBGE.

Breve histórico do mercado brasileiro para Projetos de Engenharia:

Año	Facturación básica	Empleados	Universitarios
2013	14.084.228,25	51.531	22.200
2014	13.584.507,33	48.064	21.259
2015	12.160.397,19	38.718	17.089
2016	8.343.220,14	29.174	12.669
2017	4.235.000,00	23.595	10.542

Fonte: Revista "O Empreiteiro".



4.2. Perspectivas da Atividade

O governo estima leiloar 49 projetos de infraestrutura em 2019, com investimentos que devem atingir R\$ 67,9 bilhões. No primeiro trimestre de 2019, já foram realizados 23 leilões que somaram R\$7 bilhões em investimento. E segundo o ministro da Infraestrutura, ainda para este ano, estão previstos mais leilões para rodovias e ferrovias. E para 2020, devem ficar o leilão de 22 aeroportos e de rodovias como a Nova Dutra.

O Programa Avançar Parcerias, lançado em 2016, aborda investimentos privados viáveis em infraestrutura e outros projetos considerados prioritários pelo governo federal e também seleciona ativos públicos para venda, a fim de reduzir os dispêndios públicos com gastos correntes e garantir uma gestão de ativos mais eficiente. Do seu portfólio total de 175 projetos, 71 já foram concluídos e geraram uma receita de cerca de R\$ 28 bilhões em bônus de assinatura e investimentos esperados de cerca de R\$ 142 bilhões. Os 104 projetos em desenvolvimento, por sua vez, representam investimentos futuros da ordem de R\$ 134 bilhões.

A Petrobras tenta acordos com outras empresas ou investidores para dar prosseguimento e finalização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Nesse sentido, a empresa assinou uma carta de intenções com a empresa estatal China National Petroleum Corporation (CNPC) para avaliar a retomada das obras de outros ativos do complexo. No plano de negócio da empresa constam investimentos que alcançam US\$ 74,5 bilhões, sendo 81% em exploração e produção (US\$ 60,3 bi), 18% em refino e gás natural (US\$ 13,1 bilhões) e 1% em outras áreas. Dos US\$ 60,3 bilhões de investimento, 12% serão destinados à infraestrutura dos projetos de exploração e produção.

O setor empresarial já consegue ver alguns sinais de melhoria concreta, mas a retomada dos investimentos, mesmo por parte da iniciativa privada, depende em grande parte do ajuste fiscal do governo. Ao governo caberá por em prática medidas de caráter microeconômico como a oferta de concessões via parcerias público-privadas, melhorar os marcos regulatórios e medidas de racionalização no mercado de crédito. Tais fatores, aliados, produzirão aumentos de produtividade e criarão um novo ciclo positivo de desenvolvimento.



5. Atividades Institucionais da Associação

5.1. Atividades Realizadas nos Últimos Meses

A ABCE vem promovendo discussões com diversos órgãos de governo para defender o desenvolvimento do setor de engenharia consultiva no Brasil. Entre os temas tratados, podemos destacar:

- **Lei da terceirização:** Publicado em setembro de 2018, e regulamentado no final de dezembro do mesmo ano, o Decreto nº 9.507/18, que dispõe sobre contratação de serviços em geral pela administração pública federal veio normatizar a Lei nº 13.429/17, conhecida como lei da terceirização, em harmonia com a decisão do Supremo Tribunal Federal, sobre a possibilidade de terceirizar todo e qualquer serviço, não sendo mais proibida a terceirização das chamadas atividades-fim das entidades públicas.

Entre os muitos problemas que essa nova regulação trouxe para as empresas está a obrigação imposta à Administração Pública, de incluir em seus contratos, cláusulas que concedem ao contratante o direito de reter recursos destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias, e depositá-los em uma conta estranha à da empresa, somente permitindo seu acesso mediante o fato que gerar o direito dos empregados. Desta forma, o Decreto 9.507/18 restringe o direito das empresas de receber e dispor em sua integralidade dos valores que lhe são devidos pela prestação dos serviços.

A ABCE está promovendo discussões com o Ministério da Economia e outros órgãos do Governo Federal, contratantes dos serviços de engenharia, buscando uma solução para essa interpretação equivocada das relações contratuais entre o poder público e as empresas.

- **Novo Decreto de pregão eletrônico:** O Governo federal está promovendo discussões para alterar o Decreto nº 5.450/2005, que regulamenta o pregão eletrônico, com o objetivo de torná-lo mais ágil e eficiente. Mais uma vez, a ABCE vem manifestando críticas à contratação de serviços de engenharia por pregão eletrônico, pela sua inadequação técnica e pelos resultados desastrosos que vem acumulando pelo país. Em audiência pública, a ABCE propôs a inclusão de um artigo que deixa explícito o entendimento que a contratação serviços técnicos especializados de natureza intelectual, como os serviços de engenharia, não pode ser feita por pregão.
- **Aproximação dos novos agentes no Governo Federal - PETROBRAS e BNDES:** Depois das eleições gerais de novembro de 2018, quase todos os interlocutores nos diversos níveis de



governo foram substituídos, e a ABCE vem empenhando esforços para estabelecer contato com as novas lideranças políticas e governamentais. Apesar de todas as mudanças, a ABCE continua fazendo reuniões periódicas com a PETROBRAS, para defender que as contratações de serviços de engenharia sejam feitas dentro da melhor técnica, garantido que empresas capacitadas disputem em igualdade de condições o acesso aos serviços. A nova direção do BNDES também foi procurada e iniciamos entendimentos para um trabalho conjunto para eliminar as contratações de serviços de engenharia por pregão, e fortalecer o papel do banco como promotor das exportações de serviços.

- **1º Seminário ABCE de Compliance e Integridade:** A ABCE realizou seminário sobre Compliance e Integridade Empresarial. O evento, que foi realizado em março de 2019, na cidade do Rio de Janeiro, teve como objetivo debater os benefícios e desafios dos programas de integridade empresarial, e contou com palestras do Controlador Geral do Estado do Rio de Janeiro, da PETROBRAS, e da Controladoria Geral da União. Na abertura do Seminário foi apresentado o Programa de Compliance da ABCE, e o modelo desenvolvido para implantar programas semelhantes nas empresas do setor. O evento encontra-se gravado, na íntegra, no link: <https://youtu.be/JJjMOxM22nM>.

5.2. Atividades Serem Realizadas

- **Seminário sobre Infraestrutura:** A ABCE vai realizar no dia 1º de julho de 2019, na cidade do Rio de Janeiro, o Seminário Financiamento e Perspectivas de Projetos de Engenharia de Infraestrutura no Brasil. O evento pretende discutir a retomada dos investimentos de infraestrutura no Brasil e na América Latina e as oportunidades para o setor da engenharia consultiva, diante dos desafios que o continente tem enfrentado. Já estão confirmadas palestras do Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, do Secretário Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos, Adalberto Santos de Vasconcelos, e do Ex-presidente da Federação Panamericana de Consultores, Reyes Juárez Del Angel.
- **Seminário sobre Inovação e Tecnologia:** Também no Rio de Janeiro, em novembro, a ABCE realizará seminário sobre Inovação e Tecnologia para o setor de Infraestrutura. A programação ainda está em construção, mas o objetivo do encontro será debater o futuro do setor em termos de novas tecnologias, e o acesso a mercados externos.



- **Novo Projeto de exportações de serviços:** Está em fase de aprovação um novo projeto com apoio da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), para apoiar os processos de internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. Esta será a segunda fase de um programa que já dura dois anos, e que pretende continuar a capacitar as empresas nacionais e desenvolver mercados para seus serviços fora do país.
- **Articulações institucionais:** A ABCE vai continuar exercendo seu papel de legítima defensor dos interesses das empresas de engenharia brasileiras, nos temas que afetam sua competitividade, tais como: a nova lei de licitações, o acompanhamento dos investimentos em infraestrutura planejados pelo novo governo, defesa das contratações por técnica e preço, valorização da engenharia nacional.

6. Sugestões para Membros da FEPAC

A FEPAC deve ser o fórum adequado para a promoção de uma colaboração efetiva entre as empresas de engenharia na América Latina. É necessário aumentar as trocas de informação focadas em novos negócios, aproveitando as vantagens operacionais, necessidades e capacidades diferenciadas de cada país membro.

A ideia de uma “certificação FEPAC” que represente um reconhecimento de excelência para as empresas que a possuam, seria um diferencial positivo para operações em cada um dos países, nos diversos temas e sub-setores ligados à engenharia consultiva.

Além disso, devemos expandir aos outros países, algumas iniciativas que a ABCE vem promovendo no Brasil, como a criação de linhas de crédito internacionais que deem suporte ao setor de engenharia consultiva para a exportação de seus serviços; a inclusão do setor de engenharia consultiva nos acordos multilaterais em curso; e a adoção de modelos de contratos FIDIC para licitações e contratações públicas e público-privadas.

7. Temas que Merecem Especial Atenção

A intenção declarada do novo Governo Federal, de aproximação junto às grandes economias liberais, sem o chamado “viés ideológico”, pode promover facilidades para as negociações comerciais internacionais, facilitando a exportação dos serviços de engenharia, e a formação de parcerias para atuação conjunta.



O recente sucesso dos processos de concessões e outras formas de parcerias entre o Governo e a iniciativa privada levam a crer que as perspectivas para os investimentos em infraestrutura no Brasil podem ser melhores que nos últimos anos, porém o problema fiscal continua muito grave e o avanço da reforma da previdência parece ser condição fundamental para que esses investimentos de fato aconteçam.